



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638877 - SC (2021/0003305-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MANOEL FILHO SAGAZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MANOEL FILHO SAGAZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Execução Penal n. 5015730-27.2020.8.24.0064).

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente para justificar o indeferimento da remição de 133 dias de pena do reeducando pela aprovação total no ENCCEJA relativo ao Ensino Médio, em evidente violação do disposto no art. 126 da LEP e na Recomendação CNJ n. 44.

Requer, liminarmente, a remição de 133 dias de pena em razão da aprovação total no ENCCEJA. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente